

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Especialização em História da Cultura e da Arte
Artigo final
Orientador: Prof. Marcus Vinícius Freitas

Contos quilombolas:
A memória de Pontinha a partir de narrativas orais

Luciana Amormino Fonseca
Janeiro de 2006

Resumo: Este artigo discute a relação entre narrativas orais e memória, tomando como *corpus* para análise os contos orais da comunidade de Pontinha, formada por escravos alforriados, analisando, dessa forma, como as narrativas orais podem ser um instrumento para a preservação da memória da comunidade.

Abstract: This article discusses the relationship between oral narratives and memory, getting for analysis *corpus* the oral histories from the community of Pontinha, where live descendants of free slaves, noting how the oral narratives can help the preservation of the community's memory.

A sabedoria popular, o misticismo, a história, a memória, a literatura oral, a escrita e a ausência dela, reunidos nos cantos e encantos de um lugar. Esse lugar é Pontinha, comunidade formada por descendentes de escravos, pertencente ao município de Paraopeba (MG). Ali florescem lendas e causos, contados na beira de um fogão a lenha ou em reuniões de amigos no centro da comunidade, cujos moradores somam cerca de dois mil. Testemunhas não faltam para os casos do nível do maravilhoso que correm de boca a boca, de geração a geração e que acabam por preservar a memória da comunidade e por construir a identidade daquele povo, que se orgulha de ser descendente de Chico Rei e que tem grande interesse em manter a tradição do lugar.

A própria história da fundação da comunidade, partilhada entre seus moradores, baseia-se num mito de origem que vem sendo reconstruído ao longo dos anos, apenas uma das narrativas orais que ali circulam, contadas por narradores eleitos como “guardiões da memória”, não somente pelo critério de idade, mas também pelo interesse que possuem em manter a tradição do lugar: Carlos Moreira Barbosa, presidente do Congado, que, com 78 anos é um dos membros mais velhos da comunidade; Euriza Moreira Barbosa, 57 anos, ex-vereadora de Paraopeba; José Geraldo Alves, 59 anos, vice-presidente do Congado; e Florentina Gonçalves do Espírito Santo, 61 anos, vice-presidente da Associação Comunitária de Pontinha.

Tais narradores herdaram de seus pais ou avós as histórias que atualmente repassam aos mais novos. Essas histórias, contadas no dia-a-dia ou em momentos especiais de reuniões na rua, constituem uma gama de narrativas orais, lendas e *causos* que até hoje são do conhecimento dos mais novos, como os contos da Lagoa Dourada, do Boi Encantado e da Gruta da Lapinha. Narrativas orais transmitidas de pai para filho e reconstruídas ao longo dos anos pelos narradores cuja arte, segundo Walter Benjamin, “*está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente*”¹. Essa consideração diz respeito a um contexto pós-guerra, e é exatamente tal contexto que levaria, segundo Benjamin, à perda da capacidade de narrar. Para ele, as pessoas voltariam da guerra mais pobres em experiência e, com isso, não saberiam mais narrar como antes, quando esta arte encontrava espaço nas casas de ofício, estando, desse modo, associada ao trabalho artesanal.

¹ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1987: 197.

Em Pontinha, lugar onde a oralidade ainda tem grande força na sociabilidade da comunidade, a arte de narrar experiências individuais e coletivas ainda é forte. Pessoas como Sr. Carlos, D. Euriza, D. Florentina, Sr. José e Sr. José Geraldo, entre outros, deixam de ser apenas contadores de *causos* para incorporarem a postura de narradores, “*uma criação da pessoa*”, conforme a concepção de Nádía Battella Gotlib², e repassam os contos orais que herdaram de seus antepassados. Para tanto, utilizam-se de instrumentais que vão além do próprio contar.

A voz do contador, seja oral ou seja escrita, sempre pode interferir no seu discurso. Há todo um repertório no modo de contar e nos detalhes do modo como se conta – a entonação da voz, gestos, olhares, ou mesmo algumas palavras e sugestões –, que é passível de ser elaborado pelo contador, neste trabalho de conquistar e manter a atenção de seu auditório.³

Na visão benjaminiana, o narrador diferencia-se do romancista por retirar da sua experiência o que ele conta, bem como da experiência relatada pelos outros. Estas misturam-se às experiências dos ouvintes, que as assimilam às suas próprias experiências e as recontarão um dia, contribuindo para sua manutenção.

Ela [a narrativa] mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com a descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica.⁴

A marca do narrador, comparado por Benjamin a um artesão, é impressa em cada narrativa oral de Pontinha. Cada um deles apresenta uma versão do que é contado, de acordo com sua experiência de vida e sua própria memória. No entanto, tal variedade de versões, de detalhes, reelaborados ao longo da existência das próprias narrativas, pode ser uma característica da criação artesanal dos narradores, esses “artesãos” cuja matéria é a vida humana, segundo a concepção benjaminiana.

Tomando o mito de origem da comunidade como objeto de análise, pode-se observar a pluralidade de versões que circulam na comunidade, a escolha do que deve ser preservado e do que deve ser suprimido, os jogos de poder presentes em cada discurso e então problematizar como esse mito, em suas várias versões, pode contribuir para a reelaboração da memória coletiva da comunidade.

² GOTLIB, Nádía Battella. *Teoria do conto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 4ª edição, 1998, p. 13.

³ GOTLIB, *op cit.* 1998: 13.

⁴ BENJAMIN, 1987: 205.

Sr. Carlos, por exemplo, que herdou a tradição de congado do seu pai, enfatiza em sua versão que foi Chico Rei quem começou o Congado:

Eu acho que Chico Rei era desse negócio de congo. Ele veio para o Brasil e fundou o congado, em 1870. No caso, eles estavam na África, mas falavam que não ia deixar eles atravessar no mar porque eles não era batizado. Aí, o padre Moreira pegou e fez a representação e batizou todo o mundo: mulheres e crianças eram Maria, e os homens não sei se eram Francisco ou José. Aí mataram muita gente, muitos meninos e foi muita confusão, só você vendo viu. No caso, eles vieram, atravessaram e criaram o congado aqui e também em Ouro Preto. Em Ouro Preto, o padre Moreira falou com eles: ‘vocês compram ao menos uns 30 hectare de terra para vocês morarem porque é melhor’. Aí, eles vieram como escravos, vieram direto para Ouro Preto. Eles chegaram e fizeram muita coisa em Ouro Preto, trabalhou demais, como escravo, trabalhou muito, fez a fundação das minas de ouro, arrancou muito ouro. Chico Rei falou para seu filho Muzinga: ‘Oh, vocês comprem um hectare de terra que dá pra vocês morarem, e fica vocês com a sua família, porque o ouro não é dinheiro’. Então, eles disseram que eles desceram aqui para baixo e foram para Diamantina, depois que Chico Rei morreu em Ouro Preto. No caso, ele pegou e comprou uma pontinha de terra, por isso aqui hoje chama Pontinha. Chico Rei pediu que o povo não vendesse para gente estranha, para o povo de fora. Que eles criassem isso como uma comunidade, mas as escrituras da Pontinha, que foi passada para eles, queimou. Dizem que tem ouro escondido aqui dentro da Pontinha, dentro da terra, mas eu não estou achando que pode ser verdade isso porque não é possível, tanta gente já furou tanto buraco e não achar essas partes de ouro? Dizem que tem umas 30 arroba de ouro escondida aí, no meio da terra. No caso, então, Muzinga pegou e fez a guarda de congo, e foi uma coisa muito bonita. Assim que ele chegou aqui, ele criou e a guarda de congo foi começada nesse ano, em 1870. Então começou isso e foi criando, criando, e hoje graças a Deus nós estamos vendo a tradição, que foi uma coisa muito boa, muito boa mesmo.

(Informante: Sr. Carlos Moreira Barbosa)

D. Florentina, que aprendeu o que sabe sobre seu lugar com a avó, que contava muitas histórias, relata sem ter muita certeza sobre datas e nomes.

A história de Pontinha foi quando um padre veio para cá, não sei falar da onde, ele veio acompanhado com os escravos, quando ele foi para Pompéu. Veio um pessoal que era escravo e não sabia onde ficava. Aí, ele pegou e fez aqui, ele tinha direito aqui, esse padre, aí ele foi e falou para eles, ‘eu tenho um lugar, uma pontinha de terra e vocês vão se apropriar de lá para vocês não ficarem andando’, e eles vieram, até com muito ouro, e dizem que eles enterraram esse ouro por aqui, a gente só não sabe onde, mas dizem que enterraram, por isso é que tomou esse nome de Pontinha. E Pontinha está até hoje.

(Informante: D. Florentina Gonçalves do Espírito Santo)

Euriza, que ouvia de seu pai tais relatos, valoriza o lado místico da história, dando a ela estatuto de “maravilhoso”. Ela é a única pessoa que menciona o naufrágio e o salvamento dos escravos por peixes salva-vidas. Diz que ouviu essa

história de um escravo alforriado e que, portanto, a fonte de suas informações seria verdadeira.

Nós somos de descendência de Chico Rei. Tinha o Muzinga, que era filho de Chico Rei. O Muzinga, a Mariazinha, toda descendência dos escravos. Esse pessoal foi embora e a gente ficou. O Chico Rei foi embora também. Até tinha um mestre de congo que eu conheci quando tinha a faixa de 12 anos, num encontro de congado de Eldorado e de Sete Lagoas, ele me contou uma história bonita. Diz ele que, na época que eles vieram para cá, que atravessaram o mar, que eles foram quase todos salvos pelo peixe salva-vidas. Eles vieram da África, mas não sei por onde eles passaram, porque teve uma parte que eles foram salvos pelo peixe. Eles acabaram fugindo quando chegaram no Brasil. Ele contava que o avô dele, o bisavô dele, foram todos salvos pelo peixe-salva vidas. Esse peixe que jogou eles para fora do mar. Na época, a gente nem pensava nada, porque podia ter aprofundado, com essas pessoas principalmente, mas a gente não tinha noção. (...) Então, foi assim: meu pai contava que na época da escravidão, vieram mais de 60 famílias da África, então quando foram os escravos libertados, eles saíram fugindo, então antes de chegarem nessa comunidade que é Pontinha, eles passaram por Pompéu. Não pode vir passando pela rodovia, porque eles vinham trazendo muita barra de ouro, então passaram por Pompéu, de Pompéu ficaram acampados aqui na comunidade e ficaram uma temporada. E nessa temporada, veio um padre com eles chamado Padre Antônio Moreira. Então, esse pessoal ficou aqui nessa comunidade uma temporada. Depois, uns quiseram ir embora e outros quiseram ficar. Daqui, eles foram para Diamantina. Ficaram aqui na comunidade 60 famílias, que somos nós hoje, como diz, os galhos. Na época, quando o padre foi embora, há uns 200 anos atrás, o padre doou este terreno para essas 60 famílias que ficou aqui na Pontinha. Então por isso aqui tomou o nome de Pontinha, mas a realidade não é Pontinha. É porque na época, quando o padre doou, como meu pai contava, o padre falou assim: "Eu vou doar essa Puntinha de terra!" Era uma puntinha de terra que foi medida, deu 510 alqueires, fora os pântanos. Então essa área de terra foi doada para essas 60 famílias. E por ter doado uma "puntinha" de terra, então a comunidade recebeu o nome de "Pontinha". É uma pontinha de terra porque, para o padre, era um pedacinho pequeno. Era uma pontinha de terra só. Por isso tomou o nome de "Pontinha", porque era um pedacinho de terra pouca, para você vê, 510 alqueires na época era pouco. Então essa terra foi doada para essas 60 famílias que somos nós hoje.
(Informante: Euriza Moreira Barbosa)

José Geraldo, por sua vez, também conhece o mito de origem da comunidade e conta sua própria versão:

Através dos mais velhos, que contam para a gente, que isso aqui foi começado na época da escravidão. Vieram um grupo para cá, Pontinha, e acho que até por isso deve ter esse nome de Pontinha, que a nossa comunidade foi doada por um padre, Padre Antônio Moreira. Ele era dono de grande área de terreno e essa aqui ficava bem afastado da parte da fazenda dele, considerado para ele um terreninho de pouca valia, até ele doou, porque para ele era considerado uma pontinha. Aí virou tradição e pegou nome de Pontinha. Ele cedeu para essas famílias que chegaram para aí, e vieram bastante famílias. Alguns desistiram, foram embora, e os que restou ficou e daí foi tendo esse povoado. Teoricamente, todos aqui tem praticamente um sobrenome só, e, geralmente, foi surgido dessas família que vieram. Algumas foram embora e as que ficou, formou o povoado e foi crescendo, o pessoal foi aumentando, daqui geralmente o pessoal não sai. (...) Eles contam também que, nessa passagem dos

escravos por aqui, da passagem de Chico Rei pelas terras, dizem que tem ouro escondido dentro desse povoado, porque quando essas famílias que deram de ir embora, porque não ficaram todos aqui, ficaram só um pouquinho, era muita coisa para eles levarem, porque não tinha condução também, era tudo na base da terra, o destino deles, mais perto que eles pretendiam se deslocar era para Diamantina, que era longe demais, então o ouro que eles não davam conta de carregar todo, eles furavam um buraco no chão e escondia. Eles falam que tem tachos de ouro escondido na região. Uns falam que é para tal lugar, outros para tal lugar, mas ninguém sabe. Se eles soubessem mais ou menos a distância, só sei que tem essa lenda aí, mas se alguém vai descobrir algum dia, ninguém sabe, porque não sobrou ninguém mais para falar mais ou menos o lugar que era.
(Informante: José Geraldo Alves)

Alguns elementos são recorrentes nas versões aqui expostas: a descendência de Chico Rei, o motivo do nome Pontinha, o ouro escondido nas terras e a participação do Padre Moreira Barbosa. Outros detalhes como o salvamento pelo peixe salva-vidas, a compra ou doação da terra, o destino dos escravos e a forma como se deu sua chegada são variáveis.

Os elementos recorrentes podem ser considerados como aquilo que se pretende partilhar e adotar como memória coletiva do lugar, como a valorização dos ancestrais, associados à bravura de Chico Rei, e da terra, onde estariam escondidos potes de ouro trazidos pelos escravos.

Segundo Jacques Le Goff⁵, “o primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento aparentemente histórico à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (p. 424). A comunidade de Pontinha, apesar de já ter contato com a escrita, descende de escravos que não possuíam acesso à leitura. Dessa forma, são os mitos de origem que norteiam a memória do lugar. Memória que se confunde com a história oficial, já que é formada por personagens que a compõem. Nas falas dos contadores, a saga de Muzinga e de Chico Rei toma dimensão heróica, assim como a chegada dos escravos àquele lugar.

O passado, através da voz dos contadores, é constantemente rememorado e reconstruído a cada contar. As lembranças individuais, que por si só já sofrem influência das experiências de vida únicas e do jogo de interesses por trás do discurso, contribuem para que os relatos sejam diversos e variados, apesar de ter uma base central sobre a qual se edificam as várias versões. Para Andréas

⁵ LE GOFF, Jacques. Memória. In *História e Memória*, São Paulo: Editora Unicamp, 1996, p. 419-476.

Huysen⁶, “as estratégias de rememoração podem afinal, ser elas mesmas transitórias e incompletas” (p. 37). Trata-se não de uma memória imortalizada em um documento e arquivada para consulta. Por ser uma memória oral, transmitida pelos “arquivos vivos”, ela se torna uma memória viva, edificada conforme o saber e o interesse individual do contador.

A característica individualizada da memória já foi apontada por Henri Bergson em *Matéria e Memória*⁷, em que analisa a memória pura lembrada e revivida através de imagens de uma maneira individualizada, atribuindo à memória uma função decisiva no processo psicológico total. Em seus estudos, Bergson se debruça sobre o entendimento das relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente. No espírito estaria conservada a memória individual de cada ser humano, revelada em forma de imagens-lembranças, que se encontrariam em sua forma “pura” nos sonhos e devaneios, diferenciando, assim, memória e percepção.

A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração, e assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela⁸.

Por outro lado, Maurice Halbwachs - sociólogo da tradição da sociologia francesa, herdeiro de Émile Durkheim e primeiro estudioso das relações entre memória e história pública, às quais dedicou duas obras de fôlego: “*Les cachés sociaux de la mémoire*” e “*Matière et mémoire*” - defende a idéia de memória coletiva, formada a partir de influências do meio social ao qual o indivíduo está inserido. Em seus estudos, volta o olhar não apenas para a memória em si, mas para os “quadros sociais da memória”. Para ele, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Assim, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, aquela criada a partir das relações sociais e do reconhecimento do indivíduo nessas relações.

⁶ HUYSSSEN, Andréas. Passados presentes: mídia, política e amnésia. In *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.9-40.

⁷ BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo e espírito*. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

⁸ BERGSON, Henri. *op. cit.* p. 77.

Não há na memória vazio absoluto (...) Para Bergson, o passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós; porém alguns obstáculos, em particular o comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos dele todas as partes (...) não subsistem em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado as quais nos representamos de modo incompleto ou indistinto. (...) na realidade o que tomávamos por um espaço vazio não passava de uma região pouco definida, da qual nosso pensamento se desviava, porque nela encontrava poucos vestígios. Uma vez que nos indiquem com precisão o caminho que temos que seguir, esses traços se evidenciam, os ligamos um ao outro. (...) Então eles existem, porém eram mais marcantes na memória dos outros do que em nós mesmos⁹.

A relativização de Halbwachs sobre a teoria de Bergson traz uma abordagem mais sociológica da memória: enquanto para Bergson essa memória seria resultado de um esforço subjetivo, para Halbwachs essa lembrança seria acionada pelas relações sociais estabelecidas pelo sujeito. Assim, não haveria uma lembrança “pura”. O que é lembrado, a forma como o é e a ação de lembrar já estaria permeada pelo presente, pelo que está “atual”.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (...) Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso (...) A sucessão de lembranças (...) explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos¹⁰.

Diante da idéia de Halbwachs de que a memória seria desencadeada pela vida atual do sujeito, principalmente a partir de suas relações sociais, que, se lembramos é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar, Ecléa Bosi¹¹ considera: “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (p. 55). Assim, as narrativas orais de Pontinha apresentam tanto aspectos individuais quanto coletivos, misturados a elementos do presente e à experiência de cada narrador. Tais narrativas mantêm-se no presente de forma viva, e reelabora-se

⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Ed. Vértice / Ed. Revista dos Tribunais, 1990: 77

¹⁰ HALBWACHS, Maurice. *op. cit.* p. 51.

¹¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2001.

a cada contar, o que contribui para a sua manutenção como elemento socializador da comunidade.

A manutenção, a transformação ou o desaparecimento de um enunciado ao longo do tempo, segundo Paul Zumthor¹², teria relação com a característica de seletividade que a memória possui, bem como a tensão entre o individual e o coletivo. Nos lugares de cultura tradicional, por exemplo, a seletividade é peculiar a cada intérprete, que, segundo o autor, possui seu próprio repertório, retirado do acervo memorial da comunidade e freqüentemente flutuante no curso dos anos.

Tomando a discussão de Michel Foucault¹³ sobre o uso ideológico da história como função conservadora e os jogos de força que estão subtendidos nos discursos, podemos perceber que, a cada relato sobre a origem de Pontinha, evoca-se certo detalhe, valorizado por cada um dos contadores. O discurso, a partir do olhar de Foucault, passa a ser um bem disputado entre eles. Sr. Carlos, por exemplo, enfatiza a relação de Chico Rei com o Congado, do qual ele é presidente; Euriza, por sua vez, reforça o detalhe sobre o peixe salva-vidas, história que ela própria teria ouvido de um escravo. Desse modo, cada qual privilegia a origem da comunidade sob seu ponto de vista. No caso de Pontinha, os arquivos-vivos, que são, segundo o autor, *“a lei do que pode ser dito”*, ganham lugar de destaque num universo discursivo que privilegia a manutenção da memória e da tradição. Sob as direções do arquivo-pessoa, novas regras para a comunidade são criadas, legitimadas pelo saber histórico que cada um deles domina. Desse modo, justifica-se a posição de destaque legada aos contadores da história de Pontinha pelos demais membros da comunidade, numa relação que vai além do respeito, mas passa pela valorização do saber histórico que possuem.

Pensando a narrativa

Além do mito de origem, outras narrativas orais possuem grande destaque na vida social de Pontinha, como as lendas da Lagoa Dourada e da Gruta da Lapinha.

¹² ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹³ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 145-151.

A Lagoa Dourada é uma grande lagoa – com mais de três quilômetros de extensão – cuja origem é associada à blasfêmia contra uma procissão. Conta-se que, onde há a lagoa atualmente, existiria uma cidade submersa, chamada “Terra Azul”. Uma procissão passava e algumas pessoas estavam dançando num boteco. O padre, então, pediu a eles que parassem de dançar, para que ele passasse com o Santíssimo. Nada feito. Ninguém atendeu ao seu pedido. Uma mulher até se atreveu a cantar uma tal música "As cadeira me dói" e nem deu atenção ao padre. Este passou com sua procissão até a igreja. No momento em que o padre levantou o Santíssimo, as águas invadiram a cidade que, submersa, tornou-se a Lagoa Dourada, com seus encantos.

No centro da lagoa, ninguém se atreve a passar. Dizem que o casco do barco esbarra no que seria a torre da igreja, e acontecem redemoinhos que sugam o invasor. Teve uma vez que dois homens foram pescar na Lagoa Dourada, numa quinta-feira santa. Eles estavam no meio da lagoa quando viram uma maré alta se aproximar. Disseram que tinham que ir embora, porque parecia que havia uma pessoa dentro das águas. Alguma coisa indefinida se aproximava, e eles não conseguiam sair. Foi quando a tal coisa se aproximou de tal forma que fez o bote rodar. Eles rodaram e não voltaram mais à lagoa.

Contam que, de outra feita, dois senhores morreram embaraçados na rede, e foram encontrados dentro d'água. Para a surpresa de todos, não haviam bebido uma gota d'água sequer.

Outros relatam que muitas pessoas costumavam lavar roupa na lagoa. Certa vez, uma mulher estava com sua filha, lavando roupa, quando uma moça muito bonita se ofereceu para cuidar da criança. Quando a mãe terminou, lembrou-se da filha e ficou desesperada, pensando que ela tivesse sido roubada. De repente, a moça saiu de dentro da lagoa e lhe entregou a menina, sã e salva. De outra feita, uma mulher lavava uma gamela, quando uma mão saiu de dentro da lagoa e tomou-lhe a gamela.

Euriza conta que seu pai, ainda rapazinho, via um garrote bonito nos arredores da lagoa. Era um garrote vermelho, que aparecia ao meio dia e andava com metade do lombo vermelho dentro das águas, até se afundar. Um dia, um escravo chamado Antônio de Jeto atirou no boi e, depois disso, ele nunca mais apareceu na lagoa. Quebrou o encanto. Também ao meio dia, segundo conta D. Florentina, seu pai costumava ver uma árvore embaúba que ora aparecia dentro da lagoa, ora sumia.

Outro bicho que por lá aparecia era uma piranha enorme, cujo olho era do tamanho de uma roda de carro de boi.

Contam também que no centro da lagoa há várias moitas encantadas que mudam de lugar. D. Florentina é testemunha disso; afirma já ter visto as moitas se mexerem. Diz que quem passa com o bote entre as moitas, quando retorna, não volta para o mesmo lugar, porque as moitas já não estão onde estavam. Ficam, então, perdidos dentro da lagoa. A não ser as moitas que mexem, e que uns e outros ainda vêem, os outros encantos da lagoa não são mais vistos. José Geraldo Alves explica o possível motivo:

Tinha muita coisa que era encanto mesmo. Agora se perdeu. O único encanto que tem lá é a lagoa mesmo, o que ainda resta dela, mas hoje já não tem mais aquela tradição que tinha antigamente. Tudo através de abusão, aqueles que não tinham fé nem religião, abusavam demais, e Deus acabou com isso.

Até mesmo o encanto natural da lagoa correu o risco de se perder. Um fazendeiro morador da região quis, certa vez, esgotar a lagoa para aumentar o pasto. Foi impedido pelos moradores de Pontinha, que de forma alguma querem abrir mão desse patrimônio natural que possuem.

Já a Gruta da Lapinha é um lugar milagroso, sagrado para os moradores de Pontinha. Reza a lenda que uma escrava teria dançado dentro da gruta e uma pedra caiu em sua cabeça, matando-a.

Esses dois lugares naturais de destaque nas terras de Pontinha por sua beleza ganharam estatuto de “encantados”. Assemelham-se aos monumentos, já que são legitimados como símbolos da comunidade e trazem em si parte da história de Pontinha, de conhecimento de todo morador. São lugares de memória, a partir dos quais são reelaboradas narrativas que assumem uma função utilitária dentro da comunidade, servindo de elemento tanto para a manutenção de sua memória quanto para o repasse de ensinamentos aos mais jovens, num processo dinâmico de criação.

Tomando essas narrativas como um processo de criação artesanal, reelaborada constantemente e mantida ao longo dos anos, pode-se questionar se a longevidade textual que apresentam seria uma característica de seu caráter literário. Para Luiz Costa Lima,

a longevidade artística, como bem se sabe, resulta da capacidade do texto constantemente se metamorfosear diante de situações históricas novas. Poderemos neste rumo acrescentar que esgotada a função mítica, um mito pode-se manter se lhe for possível assumir uma nova função: a função literária.¹⁴

Em *Literatura e Sociedade*, Antônio Cândido reflete que “a grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar”¹⁵. Para o autor, a “função total” seria o resultado da elaboração de um sistema simbólico que exprime representações individuais e sociais, que vão além da situação imediata, inscrevendo-se no “patrimônio do grupo”. Embora as narrativas orais de Pontinha estejam ainda dentro do domínio da comunidade, o fato de extrapolarem o momento em que foram criadas e continuarem sendo reelaboradas como produto cultural da comunidade poderia mostrar como sua função total estaria sendo cumprida. Por outro lado, além da função total de representação, as narrativas orais de Pontinha também apresentam sua função social, já que encerram em seu discurso valores e tradições relativos à comunidade. Segundo Vera Lúcia Felício Pereira “os contos orais exercem em seu contexto a função social de ensinar às gerações um modo de conciliação do muito novo e do extremamente antigo, mesmo arcaico, ideando uma colagem que sugira os caminhos do que se pensa moderno sem o abandono do passado”¹⁶. Tal afirmativa vem ao encontro do que Benjamin coloca sobre a dimensão utilitária das narrativas:

Ela [a narrativa] tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos.¹⁷

As narrativas de Pontinha – os contos da Lagoa Dourada, do Boi Encantado e da Gruta da Lapinha – refletem bem essa característica. Em todas elas há referência

¹⁴ LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1975: 28.

¹⁵ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965: 54.

¹⁶ PEREIRA, Vera Lúcia Felício. *O artesanato da memória no vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Editora PUC Minas, 1996: 62.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1987: 200.

a alguma contravenção feita pela personagem principal e sua punição, encerrando em si um ensinamento para os ouvintes, principalmente para as gerações mais novas. As lendas da Lagoa Dourada e da Gruta da Lapinha, por exemplo, dizem respeito à blasfêmia contra a religião católica e ditam normas de conduta. Dessa forma, acabam por fazer o elo que Pereira menciona entre o passado e o presente, relembrando a tradição e os valores da comunidade, numa relação que passa pela experiência individual e coletiva dos narradores.

Bosi¹⁸ reflete que toda narrativa, uma forma artesanal de comunicação, mistura-se com a história dos próprios narradores. Em Pontinha, essa característica é visível: quando o próprio narrador não é testemunha do acontecimento, ele atribui a alguém de sua confiança, como o pai ou avó a veracidade dos que está sendo contado.

A lenda da Lagoa Dourada, na versão de Euriza, tem seu pai como testemunha dos fatos:

*Na época, meu pai contava: aqui tem uma lagoa dourada, que lá o pessoal fala que foi uma cidade que arrasou. Quem anda lá dentro de bote, tem mais ou menos uma mediação que eles ainda notam que o bote bate numa coisa e de primeiro o pessoal falava que todo mundo tinha a impressão que era a torre da igreja. A lagoa é grande, tem mais de quatro quilômetros. Então essa lagoa ficou encantada. Meu pai contava que ele era rapazinho novo na época, então podia ir lá na faixa de meio dia em ponto e via um garrote bonito andando lá, de meio lombo na água. Aí foi um pessoal lavar roupa lá e teve um escravo que chamava Antônio de Jeto, e esse escravo atirou no boi lá na lagoa e a lagoa quebrou o encanto. Depois disso, nunca mais ninguém viu o boi lá. E as moitas da lagoa dourada é assim: você que não conhece lá, ocê entrar lá de bote, não sai não. Ocê fica perdida lá dentro. Tem um espaço que tá vago, porque agora já têm muitas moitas dentro da lagoa, então tem um espaço vago, que você entra de bote e passa. Desce lá para fundo. Quando você voltar, você já não consegue passar onde você desceu. Então, procê voltar, aquela moita já saiu daqui e já veio para cá. Já tampou aquele vago que você passou e já abriu outro vago em outro lugar. Então, se ocê não souber daquele outro, você já perde. É difícil mesmo. É só para quem sabe sair de bote lá. Porque a lagoa é distância longe, então é difícil sair de dentro para fora. Meu pai contava muito caso. Isso tudo era pai que contava para a gente. A não ser da minha infância para cá, que era tudo o que eu lembro. Mas as outras histórias, era pai que sentava com a gente. Pai trabalhava para os outros, mas trabalhava muito para ele também. Ele tinha tralha de boi, e qualquer hora que quisesse, falava: 'Oh pai isso, o pai, aquilo...' Qualquer hora que eu conversasse, ele dava atenção. Não tinha hora, qualquer hora que conversasse, ele dava a gente atenção.
(Informante: Euriza Moreira Barbosa)*

Já D. Florentina afirma ter presenciado os encantos da Lagoa Dourada:

¹⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2001.

Meus pais gostavam muito de contar casos da Lagoa Dourada, e tinha muita história para contar de lá. Ao meio dia, aparecia uma árvore embaúba. Às vezes, eles estavam trabalhando lá e quando eles olhavam para o meio da lagoa, a árvore levantava. Às vezes, eles continuavam trabalhando e, quando olhavam de novo, ela tinha sumido. Tinha um boi também que aparecia lá, inclusive quem tirou o encanto do boi eu conheci ele, um moço atirou nele no meio da lagoa aí quebrou o encanto e ele não apareceu mais. Lá tinha moita que andava, ainda agora tem moita que anda. Quando é época de chuva, elas adivinham. Quando elas começam a subir, elas são três, aí as vezes chove, chove e quando o sol começa a esquentar, elas descem outra vez pra trás. Tem muita coisa que aconteceu, isso é o que eu vi, eu enxerguei elas andando, é o encanto da lagoa. Isso aí é uma coisa que eu enxerguei. As outras coisas os outros contavam.

(Informante: Florentina Gonçalves do Espírito Santo)

Tais lendas, que, segundo os contadores, são fatos, acabam ganhando dimensão histórica e tornam-se referencial para a construção da memória de Pontinha. Além disso, por possuírem um cunho moralístico que preconiza o respeito ao sagrado e aos encantos que Deus teria dado, acabam por se tornar fonte de ensinamento às novas gerações. Segundo Pereira¹⁹, *“os contos orais exercem em seu contexto a função social de ensinar às gerações um modo de conciliação do muito novo e do extremamente antigo, mesmo arcaico, ideando uma colagem que sugira os caminhos do que se pensa moderno sem o abandono do passado”*. (p.62)

Desse modo, mesmo que haja um pouco de descaso por parte dos jovens em relação à história do lugar de origem e à preservação e divulgação da memória da comunidade, o que gera o medo de que a tradição da comunidade se acabe, enquanto se fizerem perguntas e existirem os homens-memória, arquivos vivos, nada se perderá. A memória de Pontinha será preservada e continuará contribuindo para a reforçar a memória coletiva da comunidade.

O ar é o suporte

Apesar de não ser uma comunidade sem escrita – Sr. Carlos, uma das pessoas mais velhas da comunidade, por exemplo, é filho de analfabetos e estudou até a terceira série do Ensino Fundamental –, a descendência de escravos aponta a presença forte da oralidade, o que faz com que Pontinha possua uma forma mnemônica semelhante à das sociedades orais, em que a transmissão da memória se dá através dos narradores, que levam seus ouvintes a uma aprendizagem por meio da reconstrução generativa. O ouvinte precisa reconstruir a narrativa e, nesse

¹⁹ PEREIRA, Vera Lúcia Felício. *O artesanato da memória no vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Editora PUC Minas, 1996.

processo, acaba incorporando novos elementos ao recontar o que aprendeu. Não é um processo palavra por palavra, como nas sociedades com escrita, que acaba tornando a atividade mnemônica automática e mecânica.

Partindo também da problematização entre escrita e oralidade, Zumthor, ao analisar a poesia oral, caracteriza a memória a partir de três elementos: sua seletividade, as tensões que ela gera e sua globalidade. O primeiro diz respeito às escolhas feitas pelo narrador, à memória individual determinada pelo repertório de vida de cada um. No caso das narrativas orais de Pontinha, pode-se perceber que esse aspecto justificaria a quantidade de versões de um mesmo conto. O segundo diz respeito à tensão entre o individual e o coletivo e, o terceiro, ao domínio global que a memória possui e a importância que ela tem para o coletivo, o que se pode observar principalmente no caso das narrativas orais.

A memória realmente, para as culturas de pura oralidade, constitui-se – no tempo e parcialmente no espaço – o único fator de coerência. À medida que se expande o uso da escrita, sua importância social decresce, assim como seu poder sobre os indivíduos – lentamente e não sem arrependimento. Nada a eliminará jamais.²⁰

Atualmente, embora haja a presença da escrita, a oralidade tem um papel muito importante no processo de socialização da comunidade, mas pode-se observar algumas interferências da escrita até mesmo nas narrativas orais. No entanto, a valorização da escrita não implicou na perda da memória coletiva baseada na oralidade. As lendas continuam sendo contadas e repassadas de geração a geração, embora com menos intensidade que nos primórdios da comunidade.

Ficou um tempo meio parado com as histórias. Agora a gente conta mais porque antes não aparecia ninguém perguntando, os jovens não se interessam. Falo com eles que eles tem que participar muito, tem que saber, para poder contar para os filhos deles lá na frente, os netos. Para não acabar aquela tradição.
(Informante: Euriza Moreira Barbosa)

Para Bosi²¹, o instrumento socializador da memória é a linguagem, independente de como ela se apresenta. *“As convenções verbais produzidas em*

²⁰ ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. São Paulo: Hucitec, 1997: 237.

²¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2001.

sociedade constituem o quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva” (p. 56).

Já Atlan²² considera que antes mesmo da linguagem falada, já existiria uma linguagem sob forma de armazenamento da informação na memória. *“A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas”*. Sendo assim, a linguagem tanto oral quanto escrita teria a mesma função: registrar a memória existente no discurso. O que diferencia as duas formas de linguagem, portanto, seriam os instrumentos para a elaboração dos discursos: os contadores lançam mão do ato de contar, de representar, para expor sua memória. O arquivo é o próprio corpo e, o ar, o suporte no qual são lançados os discursos por eles proferidos. No caso da escrita, o suporte é o papel ou o arquivo eletrônico.

Em ambos os casos, pode ser levado em consideração o conceito de arquivo segundo Foucault: *“São todos esses sistemas de enunciado (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho a chamar de arquivo”²³*, situado entre a tradição e o esquecimento, *“a lei do que pode ser dito”*. Independentemente do suporte usado para registrar a memória, o arquivamento existe e é o responsável por sua manutenção, uma vez que está entre a tradição e o esquecimento. Volta-se para o passado, com vistas a construir o futuro, sem perder de vista aquilo que deve ser lembrado, o que foi legitimado pela memória coletiva. Dessa forma, as narrativas orais tomadas aqui como fruto de um arquivamento feito pelos guardiães da memória, relacionam-se tanto com o passado quanto com o presente. Trazem em si aspectos que reforçam a memória da comunidade e, com isso, acabam por relacionar-se também com a identidade individual e coletiva de seus membros.

Memória e Identidade

A contemporaneidade trouxe ao sujeito uma nova concepção de identidade. O sujeito cartesiano, centrado, do século XVIII, passou a ser o sujeito sociológico, cuja identidade passaria a ser acionada de acordo com os papéis que ele desempenha na sociedade. Na contemporaneidade, esse sujeito sociológico adquire identidade

²² ATLAN, 1972, *apud* LE GOFF, *op. cit.* 1996: 461

²³ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987: 146.

fragmentada. Não é mais um sujeito único, mas sua identidade se fragmenta e a narrativa sobre o “eu” também acaba por ser modificada.

Dentro desse contexto, Le Goff considera que a memória é *“um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje, na febre e na angústia”*²⁴. Bosi²⁵, por sua vez, considera que a memória teria um princípio central de *“conservação do passado”* e a soma das memórias individuais, principalmente dos *“guardiões”* da tradição - os mais velhos - traçaria o retrato da memória coletiva de um lugar. A existência de uma memória coletiva geraria um sentimento de pertencimento, um despertar para as tradições e para a construção da identidade individual e coletiva.

Em Pontinha, além do mito de origem, os ritos continuam rememorando uma tradição do passado: o Congado e a Folia de Reis continuam exercendo suas atividades, apesar de contar com poucos membros jovens; os recém-nascidos ainda recebem o sobrenome “Moreira Barbosa”, em homenagem ao padre que teria acompanhado os escravos formadores da comunidade. Fizeram, em 2004, a primeira festa Quilombola; a escola de samba continua se apresentando em municípios vizinhos como Paraopeba e Caetanópolis; as Pastorinhas pretendem retomar a tradição de cantar de casa em casa.

Quando se percebe que a comunidade tem a intenção de se organizar, manter seus costumes e deixar viva sua memória através das próximas gerações, pode-se conjecturar a necessidade de uma afirmação da identidade negra, das raízes escravas de que tanto se orgulham de reafirmar. Mas, se tomarmos as lendas que são contadas na comunidade – como a da Lagoa Dourada e a da Lapinha – associando castigos à blasfêmia contra a Igreja, vemos que se ressalta a identidade do negro catolicizado. O samba na gruta da Lapinha, o canto proibido diante da procissão e o batismo dos escravos antes de virem para o Brasil revelam uma memória histórica de um Brasil escravocrata que renega aos escravos suas origens africanas e tenta os impedir de praticar seus costumes.

A lenda de Nossa Senhora do Rosário, contada pelo Sr. José Geraldo Alves, representa a crença do negro numa santa católica, religião predominante em Pontinha:

²⁴ LE GOFF, *op. cit.* p. 147.

²⁵ BOSI, *op. cit.*

A lenda conta, os mais antigos falam que, Nossa Senhora do Rosário apareceu em águas do mar. Foi padre, foi bispo, foi pessoas de grandes cortes, querendo trazer ela, mas ela não saía. Ela estava parada. Via de distância longe lá no mar, mas ela não seguia. Aí, os mais velhos ainda da época dos escravos é que reuniu uma turma de companheiros e eles já tinham os instrumentos que a gente usa hoje, que é caixa, pandeiro, antigamente usava aquelas espadas que usam no congado, eram as mesmas da época de guerra mesmo. As que a gente usa aqui são de 1800. É prata até hoje. Você olha para elas assim e não fala que tem a idade que elas têm. Então, eles reuniram e começaram a rezar, a cantar cânticos do congado, que são tipo de reza, mas em forma de canto. Ela foi aluindo, aluindo, até que saiu. Então por isso é que tomou essa devoção, porque ela dispensou riquezas, tudo o que o povo oferecia e não saiu. Ela saiu acompanhando os pretos. Essa é a lenda que eles contam. Era a santa viva, aparecida mesmo. Mas só que ela apareceu na água. Eles ficaram dias e dias para trazer ela em terra. Mas ela não vinha assim através de outros eventos. Através do congado, ela aluiu, onde é que tomou a história do congado praticamente no mundo inteiro. Inclusive, a gente brasileiro tem muita herança da África, a Congada, o Congo, é praticamente da África. Veio com os escravos, eram costume dos escravos. O Congado é origem da África. Os caras vieram e foram deixando essa tradição, ligando à igreja católica. Festa do Rosário, em toda cidade praticamente tem.
(Informante: José Geraldo Alves)

O que se percebe é que a literatura oral, as tradições e *causos* assumem um papel de manutenção da identidade coletiva da comunidade negra, consciente de suas origens. É a reafirmação da memória coletiva, do mito de origem que unifica e converge a história oficial para caminhar junto com a voz dos narradores. É o saber mítico dos guardiões da memória, legitimado e valorizado pelos membros da comunidade. Verifica-se, nas falas dos contadores, o zelo para que a memória seja preservada e divulgada para os mais jovens. Não é por acaso que, como conta Sr. Carlos, acontecem freqüentemente reuniões para passar a eles esses conhecimentos orais. *"Hoje eu falo com a turma: nós temos que pensar e conhecer o nosso lugar. E, geralmente, a gente pede ao povo aqui da Pontinha para termos mais união e conhecimento a respeito de Pontinha".* Cabe aos *"homens-memória"* da comunidade lançarem novas sementes, continuarem espalhando as histórias de Pontinha, e contribuir para a preservação de sua memória, para que os *"filhos da terra"* continuem tendo orgulho de se intitularem *"descendentes de Chico Rei"*, integrantes da história oficial.